



NOTIFICAÇÃO

PROCESSO LEGISLATIVO DE JULGAMENTO DAS CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2023

Notificante: Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas
Notificado: Excelentíssima Senhora Maria Edina de Andrade – ex-Prefeita Municipal

Excelentíssima Senhora,

Esta Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, com elevado respeito, vem, notificá-la dos Termos do Of. nº 392/2025-OPD-GP e do parecer prévio nº 80/2024 da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, que entendeu pela regularidade das contas de Vossa Excelência, na qualidade de Prefeita do Município de Prado Ferreira, relativas ao exercício de 2023.

Nos termos dos artigos 222 ao 225 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores:

Art. 222 - Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo, bem como do balanço anual, a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas. § 1º - Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§ 2º - Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 223 - O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, assegurados aos Vereadores debater a matéria.

Parágrafo único - Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.



Art. 224 - Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto de decreto legislativo conterá os motivos da discordância.

Parágrafo único - A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente.


Art. 225 - Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o expediente se reduzirá a trinta minutos e a ordem do dia será destinada exclusivamente à matéria.

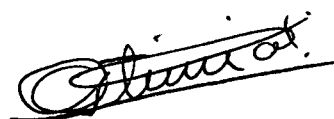
Fica Vossa Excelência notificada, para querendo, apresentar a defesa escrita, detalhar justificativas e fornecer documentos que entender, no prazo de 10 (dez) dias, perante esta Comissão.

Após notificada a Senhora Prefeita, esta notificação deverá ser publicada no diário oficial.

Prado Ferreira, 18 de agosto de 2025.

Respeitosamente,


Geovani Ribeiro de Oliveira
Presidente


Odair Fernandes de Oliveira
Vice-Presidente


Michele Cristiane Camiloti dos Reis
Membro